



215
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APelação CÍVEL Nº: 0265471-1
APELANTE: GlaxoSmithKline Brasil Ltda.
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. PAGAMENTO DO DÉBITO NO BOJO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA. MANUTENÇÃO DO INTERESSE PROCESSUAL. APELO IMPROVIDO. 1. A solução da controvérsia devolvida a este Tribunal limita-se a definir se o pagamento de débito tributário no bojo de processo de execução fiscal enseja a extinção, sem resolução de mérito, da ação anulatória que impugna o mesmo auto de infração em que se fundara o feito executivo. 2. Conforme restou analisado pelo juízo de primeiro grau, a extinção do processo de execução fiscal por força do pagamento do crédito objeto da cobrança não enseja a extinção sem resolução de mérito da ação anulatória correlata, que foi proposta com a finalidade de ver declarada a inexistência de relação jurídica que obrigasse o contribuinte ao pagamento do tributo. 3. É que, após a apresentação da contestação, passou o réu/apelado a possuir o direito a uma sentença de mérito que aprecie os pedidos formulados em sua defesa, a qual, após o trânsito em julgado, fará coisa julgada formal e material e impedirá que a ação seja novamente proposta pelo autor/apelante. 4. Sendo assim, constata-se que o pagamento do crédito tributário no bojo do processo de execução fiscal não prejudica o interesse processual do réu/apelado de obter uma sentença de mérito na ação anulatória que apresente aptidão para proteger a declaração de procedência da autuação fiscal sob o manto conferido pela coisa julgada formal e material. 5. Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0265471-1, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento)

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0265471-1
APELANTE: Glaxosmithkline Brasil Ltda.
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta por **Glaxosmithkline Brasil Ltda.** contra sentença proferida nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 0036109-60.2003.8.17.0001, em que se pretende a anulação do auto de infração nº OS 00510191732, lavrado sob a acusação de que o autor/apelante, na qualidade de contribuinte substituto, deixou de recolher o ICMS-substituição que já havia retido dos contribuintes substituídos localizados no Estado de Pernambuco.

O autor/apelante afirma que recolheu o ICMS-substituição respectivo, mas que as mercadorias destinadas a adquirentes localizados no Estado de Pernambuco teriam sido recusadas e, em razão disso, teriam retornado ao seu estabelecimento.

Diante do desfazimento do negócio antes da entrega das mercadorias, teria o autor/apelante, com base no art. 25, II, "a" do Decreto nº 19.528/96, lançado em sua escrita fiscal o crédito de ICMS relativo às notas fiscais retornadas como forma de recuperar os valores pagos.

Sendo assim, sustenta que a anulação o auto de infração impugnado encontraria fundamento no fato de a autuação ter desprezado a utilização por parte do autor/apelante dos créditos lançados em sua escrita fiscal.

Nesse sentido, afirma que o procedimento adotado não acarretou nenhum prejuízo ao réu/apelado, razão pela qual *"o máximo que se poderia imputar à Autora é a inobservância da formalidade prevista no artigo 20, segundo o qual, o contribuinte, antes de se creditar do valor do imposto, deve formular o respectivo pedido de restituição. Caso referido pedido não seja analisado em 90 (noventa) dias – o que muitas vezes ocorre – aí sim, pode o contribuinte creditar-se do valor objeto do pedido de restituição"*.

Desse modo, observa-se que a controvérsia gira em torno da aferição, nos termos da legislação tributária estadual, a respeito da correção ou da incorreção procedimento adotado pelo autor/apelante com vistas à restituição do ICMS-substituição pago relativamente a mercadorias cujo recebimento foi recusado por parte dos adquirentes.

Na sentença (fls. 135-139), o juízo de primeiro grau julgou improcedente os pedidos formulados na exordial por considerar que o autor/apelante não juntou aos autos documentos hábeis a comprovar os fatos alegados, reconhecendo, assim, a validade do auto de infração impugnado.

211u



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Às fls. 142-143, o autor/apelante interpôs Embargos de Declaração com vistas a sanar suposta omissão relativa a não apreciação pelo magistrado *a quo* da petição de fls. 130-131, na qual foi formulado o pedido de julgamento da presente ação anulatória sem julgamento de mérito, em razão da perda do interesse de agir.

Para tanto, o autor/apelante informou que, no bojo da execução fiscal nº 2005.004985-3, que apresentava como objeto o auto de infração impugnado nessa ação anulatória, realizou o pagamento do tributo e dos honorários respectivos.

Na sentença proferida nos Embargos de Declaração (fl. 170), sanou-se a omissão apontada, porém não foram atribuídos os efeitos modificativos pretendidos em virtude de o juízo de primeiro grau ter considerado que o pagamento do crédito tributário enseja a extinção do processo de execução fiscal, mas não interfere no interesse processual da ação anulatória respectiva.

Conforme certidão de fl. 182, não foram apresentadas contrarrazões recursais.

A douta Procuradoria de Justiça (fl. 194-196) deixou de emitir parecer de mérito em virtude da ausência de interesse público que justificasse a intervenção ministerial no feito.

Ê o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 12 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

216



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0265471-1
APELANTE: Glaxosmithkline Brasil Ltda.
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A solução da controvérsia devolvida a este Tribunal limita-se a definir se o pagamento de débito tributário no bojo de processo de execução fiscal enseja a extinção, sem resolução de mérito, da ação anulatória que impugna o mesmo auto de infração em que se fundara o feito executivo.

De início, observa-se que a sentença recorrida não merece reparos.

Com efeito, na sentença em Embargos de Declaração (fls. 170) o juízo de primeiro grau assim se manifestou sobre a pretensão do autor/apelante de extinguir a presente ação anulatória de débito fiscal:

“(...) O pagamento do tributo devido tem reflexo na exclusão do crédito tributário e por via oblíqua na extinção do processo de execução fiscal. Ocorre, porém, que o que está em discussão na presente ação é a validade do auto de infração, que fora reconhecida no *decisum* atacado. Desse modo, o pagamento do tributo não interfere no interesse processual, não havendo que se falar na extinção do processo sem resolução de mérito”.

Nesse contexto, verifica-se que foram mantidos os termos da sentença de mérito proferida na ação anulatória, em ordem a reconhecer a validade do auto de infração impugnado e confirmar a existência de relação jurídica que obrigava o autor/apelante ao recolhimento da exação fiscal nele contida.

Por outro lado, o pagamento do crédito tributário ensejou a extinção do processo de execução fiscal e dos respectivos embargos à execução opostos, uma vez que a pretensão de satisfação do credor foi atingida.

Todavia, é necessário ressaltar que a extinção do processo de execução fiscal por força do pagamento do crédito objeto da cobrança não enseja a extinção sem resolução de mérito da ação anulatória correlata, que foi proposta com a finalidade de ver declarada a inexistência de relação jurídica que obrigasse o contribuinte ao pagamento do tributo.

É que, após a apresentação da contestação, passou o réu/apelado a possuir o direito a uma sentença de mérito que aprecie os pedidos formulados em sua defesa, a qual, após o trânsito em julgado, fará coisa julgada formal e material e impedirá que a ação seja novamente proposta pelo autor/apelante.



217
9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Sendo assim, constata-se que o pagamento do crédito tributário no bojo do processo de execução fiscal não prejudica o interesse processual do réu/apelado de obter uma sentença de mérito na ação anulatória que apresente aptidão para proteger a declaração de procedência da autuação fiscal sob o manto conferido pela coisa julgada formal e material.

Procede, portanto, a alegação do réu/apelado (fl. 162) no sentido de que *“o pagamento efetuado – sem a expressa renúncia ao direito em que se funda a ação – não importa em perda de objeto da presente demanda, pois do contrário a empresa contribuinte poderia reativar a discussão judicial acerca da matéria ingressando com um pedido de repetição de indébito tributário, e quiçá obter uma sentença favorável, em prejuízo ao Erário”*.

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo**, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator